

ALVARO LINS. CARÁTER E FUNÇÃO: dilemas e contradições de um embaixador do Brasil em Portugal

Luiz Cláudio Machado dos Santos*

RESUMO: O presente artigo analisa a atuação do embaixador do Brasil em Lisboa, Alvaro Lins, entre 1956 e 1959, quando da crise desencadeada pela concessão de asilo ao candidato derrotado à presidência portuguesa, general Humberto Delgado. Como elemento essencial para a análise das relações luso-brasileiras no período, deve-se destacar a personalidade multifacetada de Alvaro Lins, suas contradições e dilemas, que questionaram, por palavras e atos, a política do presidente Kubitschek, não apenas em relação ao país europeu, mas também a maneira pela qual o Itamaraty percebia a realidade internacional, e as estratégias de inserção do Brasil na nova ordem após Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, contribuiu Alvaro Lins decisivamente para o debate acerca das grandes questões que viriam a subsidiar a construção da Política Externa Independente, dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Relações Brasil-Portugal; Alvaro Lins.

Alvaro Lins. Character and Function: dilemmas and contradictions of an ambassador of Brazil in Portugal

ABSTRACT: This article aims to analyze the performance of Brazil's ambassador in Lisbon, Alvaro Lins, between the years 1956 and 1959, from the crisis triggered by the granting of asylum to the defeated candidate for President, General Humberto Delgado. We still have, as an essential element for the analysis of Luso-Brazilian relations in the period, the multifaceted personality of Alvaro Lins, its contradictions and dilemmas that challenged deeply by words and deeds, the policy of President Kubitschek, not only in Portugal relation, but also the manner in which the Foreign Ministry realized the international reality, and the strategies of insertion of Brazil in the new order established after World War II. Thus, Alvaro Lins contributed decisively to the debate that has put on the agenda of the major issues that would subsidize the construction of the Independent Foreign Policy of Presidents Quadros and Goulart.

Keywords: Brazilian foreign policy; Relations Brazil-Portugal; Alvaro Lins.

Alvaro Lins. Carácter y función: dilemas y contradicciones de un embajador de Brasil en Portugal

RESUMEN: Este artículo analiza la actuación del embajador de Brasil en Lisboa, Alvaro Lins, entre 1956 y 1959, cuando hubo la crisis deflagrada por la concesión de asilo al candidato vencido en las elecciones presidenciales, el general Humberto Delgado. Como elemento esencial para el análisis de las relaciones luso-brasileñas en el período, hay que subrayar la personalidad multifacética de Alvaro Lins, sus contradicciones y dilemas, que cuestionaban, por palabras y actos, la política del presidente Kubitschek, no solamente en lo que tocaba al país europeo, pero también a la manera por la cual el Itamaraty entendía la realidad internacional y las estrategias de inserción de Brasil en el nuevo orden después de la Segunda Guerra Mundial. Por ello, Alvaro Lins contribuyó decisivamente al debate sobre las grandes cuestiones que influyeron en la construcción de la Política Externa Independiente de los presidentes Jânio Quadros y João Goulart.

Palabras clave: Política externa brasileña; Relaciones Brasil-Portugal; Alvaro Lins.

*Doutor em História Social pela Universidade de Brasília. Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Pará. Email: claudio.ekklesia@gmail.com.

Introdução

Foram as relações entre o Brasil e Portugal, provavelmente mais do que quaisquer outras, especialmente avaliadas a partir da significação extraordinária de seus múltiplos, relevantes e substanciais aspectos. Os diversos fatores constitutivos de uma ligação que remonta às origens da construção colonial produziram um espaço de identidade e convivência tal, que daí emergiu uma rica e complexa especificidade existencial, apropriada como objeto de inspiração e análise pelas mais diversas áreas do fazer artístico e acadêmico, tais como a música, a literatura, a sociologia, a antropologia, as relações internacionais e a história.

Dessa forma, qualquer esforço analítico que se proponha a lançar luz sobre os encontros e desencontros entre brasileiros e portugueses ao longo do tempo deverá, de maneira absolutamente imperiosa, socorrer-se da diversidade de olhares criteriosos que se debruçaram sobre a temática luso-brasileira. Assim, privilegiando uma reflexão de caráter multifacetado, propomos uma abordagem teórica em que determinados pressupostos da história das relações internacionais e da nova história política se completam e estimulam novas possibilidades de compreensão dos processos decisórios na esfera do poder constituído. Buscamos recusar a dicotomia “política interna *versus* política externa”, sem que tal postura leve a uma indistinção relativamente a essas duas esferas, pois,

não há, clivagens herméticas resultantes dos conceitos reificados de ‘dentro’ e de ‘fora’, mas o simples bom senso implica que se admita a existência de numerosos atos de política interna pura. Em compensação, não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna, quer se trate dos atos mais importantes da vida dos Estados ou das manifestações cotidianas da atividade internacional.¹

Resulta daí que o diálogo entre essas duas perspectivas teóricas apresenta imensa possibilidade de enriquecimento de objetos e conceitos, tanto para o internacionalista quanto para o historiador do político.

Quanto às tentativas de desqualificação do político como factual, superficial, inconsistente no tempo, concluímos com Julliard que

hoje em dia dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político colocando no seu lugar aquilo que ele estaria a esconder... [pois] há problemas políticos que são resistentes às mudanças infra-estruturais e que, ao mesmo tempo, não se confundem com os dados culturais vigentes num momento determinado.²

Deve-se ainda ter claro que, ao longo do século XX, ampliou-se enormemente a capacidade de intervenção estatal no domínio do social, seja pela potencialização da sua ação,

dado o agregar constante de novas tecnologias de meios e procedimentos, seja pelas demandas crescentes da população. Dessa forma,

os poderes públicos foram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura e, dessa forma, esses setores passaram para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?³

Entendendo, portanto, ser o *locus* político domínio privilegiado e articulado do espaço público tem-se a sua especificidade como lugar de gestão do social e do econômico. Nessa dimensão é imperioso pensar o Estado, contemporaneamente, como instância organizativa e estruturadora das relações de poder, bem como objeto central da competição política na perspectiva da potencialização e implementação dos mais diversos interesses, demandas e projetos sejam eles objetivos ou difusos, estruturantes na sua profundidade ou meramente superficiais e fisiológicos.⁴

Todavia, o local do político não pode ser circunscrito aos limitados espaços das organizações estatais, pois as relações de poder espraiam-se por toda a sociedade. Ainda que o Estado continue a ocupar uma condição de centralidade, isso não é suficiente, porque mesmo no campo de estudos das relações internacionais, dedicado a analisar precipuamente a atuação dos Estados na arena internacional, a compreensão da ação diplomática deve ser buscada também no enquadramento conjuntural e estrutural que a sociedade estabelece a partir da correlação de forças que se constitui tanto no presente imediato quanto na elaboração, de longa duração, das características distintivas da sociabilidade dos grupamentos humanos.⁵

É sob esse ângulo, o da investigação das influências que orientam as práticas do Estado no jogo das relações internacionais e nas formas de articulação do político com o social, que se encontra o ponto nevrálgico das indagações aqui propostas. Dentre essas múltiplas influências, destaca-se a atuação dos “grupos de pressão”: os *lobbies*. E, especificamente, em função de nosso objeto de estudo, a constituição e operação do *lobby* português constituído no Brasil a partir dos anos 1930.

Os *lobbies* podem ser entendidos preliminarmente como “‘grupos de pressão’ que se constituem em organizações ou entidades que procuram influenciar no processo de decisão dos órgãos estatais, visando ao atendimento de seus objetivos específicos.”⁶ Os *lobbies*, porém, não têm sua ação direcionada somente para os órgãos de Estado, mesmo quando estes são os destinatários finais de sua ação. Torna-se necessário, portanto, avaliar detalhadamente

as relações do *lobby* português no Brasil com as instituições e órgãos de Estado e a sociedade civil, posto que “os grupos de interesse têm consciência do poder da opinião pública e, por isso, procuram obter seu respaldo para a causa que estejam a defender, para tanto destinando somas consideráveis.”⁷

Dessa forma, além de explicitarmos o caráter das relações Brasil-Portugal na segunda metade do século XX, muitas vezes definido como um lugar de sentimentalismo desinteressado, o que de forma alguma correspondia às práticas e posições fortemente pragmáticas assumidas por esses dois Estados quando em face das momentosas questões referentes à política colonial nos foros internacionais, pretende-se dar uma contribuição à compreensão dos processos decisórios do Estado brasileiro no período em questão, através do conhecimento das ações do embaixador Alvaro Lins e a violenta e sistemática campanha que lhe foi movida pelo governo português e pelos interesses lusitanos fortemente representados no Brasil, que acabaram por retirá-lo, de maneira aviltante, da embaixada brasileira em Lisboa.⁸

Alvaro Lins e a redefinição do vértice político de uma relação triangular

A singular e especialíssima relação estabelecida entre Portugal e o Brasil desde a chegada das caravelas lusitanas a essa porção da América do Sul, conheceria, após a independência em 1822, a lenta, permanente e segura alteração do *status quo* da colônia portuguesa no Brasil no sentido de um reconhecimento de seu papel na formação da nacionalidade brasileira, bem como na sua capacidade de se fazer ouvir e influenciar os círculos do poder instalados na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro.

Essa obra associativa, iniciada em 1837 com a fundação, na cidade do Rio de Janeiro, do Real Gabinete Português de Leitura, completar-se-ia como projeto de organização e hierarquização, quando, a partir de uma resolução do 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, reunidos na capital, em 14 de agosto de 1931, surge a Federação das Associações Portuguesas no Brasil, solenemente inaugurada, com a presença do presidente Getúlio Vargas, em 10 de junho de 1932, “o dia da raça”.

Como resultado, em larga medida, da pressão constante exercida tanto por Lisboa, quanto pela colônia lusa no Brasil, diversos Tratados foram assinados entre os dois países, culminando esse processo com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 16 de novembro de 1953. É preciso ter claro que a década de 1950 representa o momento de maior aproximação entre Brasil e Portugal, numa verdadeira celebração de relações que, estribadas

em um passado comum idealizado por recorrente nostalgia discursiva⁹, abriram caminho para o atrelamento da política externa brasileira aos interesses coloniais lusitanos em África.

Nesse quadro, como documento estritamente político, o Tratado além de colocar o Brasil a serviço da política externa portuguesa, propunha uma efetiva valorização, proteção e transformação da colônia portuguesa no Brasil em um grupo absolutamente privilegiado quando comparado com os demais grupos de estrangeiros radicados regularmente no país.

Exatamente em torno da aplicação do Tratado, com sua ampla gama de repercussões, surgiria o mais importante contencioso vivido ente o Rio de Janeiro e Lisboa, desde o início do século XX. E como se isso não bastasse, à frente da legação brasileira em Portugal encontrava-se, então, o professor, jornalista e acadêmico Alvaro Lins, homem de singular personalidade e talento multifacetado, que iria desempenhar um papel que catalisaria todas as reações, positivas ou negativas, em face de suas decisões corajosamente assumidas em meio à crise que não tardaria a se anunciar.¹⁰

Alvaro de Barros Lins, nascido em 1912 na cidade de Caruaru, Agreste do Estado de Pernambuco, formou-se na tradicional Faculdade de Direito do Recife, tendo iniciado sua carreira política pelas mãos do interventor e futuro governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti. Contudo, após o golpe do Estado Novo, e as perseguições políticas que passa a sofrer com a instituição da nova ordem, decide dedicar-se ao magistério e ao jornalismo, primeiro no Recife e posteriormente na cidade do Rio de Janeiro, onde, militando no *Diário de Notícias* e depois no *Correio da Manhã*, assume a condição de um dos mais importantes críticos literários do país, cuja fama acabaria por fazê-lo chegar à Academia Brasileira de Letras.¹¹ Os politicamente conturbados anos 1950, levaram-no a assumir posições liberais e de defesa da legalidade, fazendo com que marcasse forte posição como defensor intransigente da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, violentamente questionada pela União Democrática Nacional e por setores das Forças Armadas, deixando momentaneamente de lado o exercício da crítica literária, no período de maior embate, para assumir a condução política do *Correio da Manhã*, onde ocupava o cargo de redator-chefe. É nessa quadra, especialmente tensa, que se desenvolve a relação de amizade privilegiada entre o brilhante jornalista e o político mineiro alçado, em 1956, à primeira magistratura do país. Empossado Juscelino Kubitschek, Alvaro Lins é convidado para chefiar a Casa Civil e, posteriormente, assumir a embaixada do Brasil em Portugal.

Se no período político imediatamente anterior à redemocratização brasileira de 1946, o diálogo entre duas ditaduras ocorria sem maiores dificuldades, o novo período, de cores

comparativamente mais contrastantes, ensejaria um estranhamento claramente marcado por vieses nacionalistas que enfatizavam as diferenças entre as duas nações separadas pelo Oceano Atlântico.

As óbvias divergências entre uma nação que iniciava em passos claudicantes uma trajetória rumo ao Estado de Direito, que o futuro mostraria extremamente precária, e a tenacidade de um regime arbitrário e conservador que teimava em agarrar-se a uma mundividência de inflexível gosto passadista, acabaram por produzir discordâncias e desavenças que estabeleceram, grosso modo, potencial ou mesmo efetivamente, áreas de desconforto crescente que atritaram a convivência entre os dois países.

Do ponto de vista das questões que se referiam aos parâmetros do relacionamento estritamente bilateral, o confronto entre duas concepções, uma democrática e a outra autoritária, no controle e comando da coisa pública, estabeleceu uma disputa comparativa que, por diversas vezes, fez aflorar um sentimento competitivo que buscava afirmar a superioridade de uma ou outra forma de organização política e social.

Já no que diz respeito à presença das duas nações no mundo e suas responsabilidades na comunidade internacional, as divergências de perspectivas tinham nome e endereço: colonialismo e, mais especificamente, o português na África. Deve-se adicionar, ainda, a essas discordâncias que se iam consolidando estruturalmente, a atuação do embaixador Alvaro Lins na segunda metade dos anos 1950 em Lisboa. No comando da embaixada, sua personalidade crítica e polêmica deixou visível, com clareza meridiana, as diferenças nacionais de percepção da realidade global, acelerando, dessa forma, as reações de toda ordem à efetiva aliança entre os dois países, firmada em Tratado e reafirmada, por palavras e votos, nos principais foros multilaterais. O representante do Brasil imprimiu uma dinâmica inteiramente nova, participante e, algumas vezes, de calculada intromissão nos negócios internos de Portugal. Essa postura não ortodoxa foi vivamente combatida pelo governo luso, que questionava repetidamente as atitudes do embaixador.

O debate que opunha democracia e ditadura produziu o acirramento dos espíritos na discussão veiculada, muitas vezes, pelos principais órgãos de imprensa dos dois países. Tratava-se aí de utilizar os espaços abertos no *front* externo para marcar posições no embate político interno, fazendo do outro o exemplo vivo daquilo que se pretendia evitar. Dessa forma, a construção negativa de uma *persona* nacional – ele é aquilo que eu não sou – exacerbava os ânimos, produzindo a sensação de uma disputa que se partidarizava, que se

ideologizava, e como consequência, obstruía os canais da diplomacia e seus meios de dissuasão.

É digna de nota a polémica suscitada por artigo em que a escritora Raquel de Queiroz atacava duramente o regime salazarista e recebia, como resposta, uma série de agressivas matérias publicadas em jornais reconhecidamente vinculados ao regime que, além da pessoa da conhecida intelectual, buscava alcançar as evidentes deficiências da democracia brasileira, no intuito de desqualificar o país perante a opinião pública portuguesa e internacional, como interlocutor válido junto aos movimentos e grupos lusitanos pró-democracia que se organizavam buscando visibilidade e legitimidade nas suas lutas e reivindicações.¹²

Publicado no jornal português *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional e porta-voz oficioso da “situação”, em 4 de novembro de 1958, editorial na primeira página, intitulado *Deplorável atitude e honrosa resposta*, dizia que:

Pensamos melhor servir, assim, os anseios da Comunidade Luso-Brasileira e não nos arrependemos da atitude em que desejamos prosseguir, pensando todavia que é tempo de repudiarmos, em termos claros, afirmações periódicas dos que, colocando-se à margem dos supremos interesses dos dois países, são acidentes que como tal tem de ser considerados.

Raquel de Queirós é um desses tristes acidentes e em artigo recente utiliza expressões e concita ódios por forma que deploramos e nos faz cismar nos malefícios das liberdades quando se transformam em licença sempre que os que as detêm não possuem a exata noção das suas responsabilidades.

Antônio Pires justamente afirma, entre bastante mais que ao espírito humanista de Raquel de Queirós deixa-se amiúde cegar pelo sectarismo político esquerdista, falsamente democrático quando comenta certos fatos e certos regimes políticos da atualidade.

E o articulista depois de citar uma passagem dementada daquela senhora que não posso classificar de jornalista pelo alto sentido em que tenho a profissão, afirma: *Não nos interessa, evidentemente, tomar a defesa deste ou daquele estadista injustamente englobado na citação feita por Raquel de Queirós. Mas há um acerca de quem, não por manifestação de servilismo ou patriotismo que poderia não ter outra justificação, mas por amor à verdade, podemos e devemos repudiar tão despropositada e injuriosa classificação: Salazar.*

Deve-se recordar ainda a Raquel de Queirós os processos porventura mais democráticos usados na sua Pátria, onde os políticos mandam eliminar sumariamente seus opositores à bala ou à bomba e onde nas Assembléias Parlamentares, os que não sabem fazer valer a força dos argumentos oratórios, varrem os contraditores com rajadas de metralhadoras.

Um conselho de colega, sem dúvida de nome apagado mas limpo: quando quiser empregar a classificação de malfeitor para azorregar os políticos na saída das fronteiras do seu imenso Brasil, encontrará muito quem o mereça. [...]

No Brasil qualquer jornalista despeitado pode insultar publicamente desde o carregador da esquina ao Presidente da República. [...]

*Se a alusão às demonstrações de força do Governo em ocasião de eleições é um apontamento de discordância, mesmo assim o acha preferível ao sistema falsamente democrático das eleições de certos países, no caso concreto o Brasil, onde partidos nacionalistas compram votos dos comunistas a troco de promessas de reconhecimento legal desse partido, ou da proteção aos seus chefes e os cabos eleitorais mercadejam votos a quem mais der.*¹³

A Chancelaria portuguesa, habituada a imiscuir-se nas questões e debates internos brasileiros sobre os quais tinha algum interesse, procurava resguardar a intimidade de seus negócios de tão inusitada interferência, acionando o seu atuante e eficiente grupo de pressão no Rio de Janeiro.¹⁴

Em 10 de fevereiro de 1959, o embaixador Alvaro Lins recebeu o comunicado de que o Ministro Negrão de Lima iria visitá-lo expressamente

para atender a um apelo de vários de seus amigos da colônia portuguesa do Rio e de São Paulo. [...] A ditadura salazarista, naturalmente sempre muito fiada e confiada em suas forças no Brasil, isto é: em certos políticos e alguns jornalistas, que o salazarismo conta como amigos para todas as horas e solidários para todas as emergências, além de parcela importante dos órgãos de imprensa.¹⁵

Apesar de todas as pressões, a passagem de Alvaro Lins por Lisboa durou cerca de 3 anos, entre 1956 e 1959. Nesse período, uma das questões de maior relevância a chamar a atenção do representante brasileiro foram os desdobramentos da campanha que levaria o candidato oficial, Almirante Américo Tomás, à Presidência da República no verão de 1958.

Entretanto, apesar da vitória do escolhido de Salazar e das forças que o apoiavam, abriu-se um período de ampla crise do regime, que se estenderia agitando a vida nacional de maneira inusitada até 1962. A incapacidade de modernização da cúpula salazarista provocou descontentamento não apenas nas hostes oposicionistas, mas até mesmo junto aos próprios adeptos da situação. A ala liberal da União Nacional queria uma abertura política que, mesmo restrita, pretendia ampliar o espectro social de apoio ao regime. Uma nova geração de técnicos e administradores sem compromissos diretos com a trajetória passada do salazarismo ansiava por novos métodos e prioridades na condução da coisa pública, na metrópole e no ultramar. Mesmo respeitando profundamente a obra de Salazar, esse grupo entendia ser prudente a substituição do velho líder por uma figura de perfil mais moderno como, por exemplo, o professor Marcelo Caetano. Por não subordinar-se disciplinadamente, como era esperado, o presidente Craveiro Lopes teve seu nome vetado para a disputa pela Comissão Central da União Nacional e Salazar acabou fixando-se no nome de seu fiel ministro da Marinha, Américo Tomás, há catorze anos no cargo. Com essa escolha, definitivamente anacrônica face a urgência do tempo, sacramentou o governo a sua opção de fazer durar o antigo arranjo de poder até o limite do inconcebível.

A oposição de centro-esquerda, não comunista, polarizada pelo Diretório Social, contava, entre suas lideranças mais expressivas, com nomes como Antônio Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão, buscou uma estratégia política de aproximação com os

dissidentes do regime, tendo em vista a necessidade de operacionalização de uma transição pacífica para a democracia.

Antônio Sérgio pressionou firmemente para que a escolha de seu grupo recaísse sobre o general Humberto Delgado, o que acabou por acontecer. Delgado, oficial-aviador da ativa e diretor-geral da Aeronáutica Civil, havia sido no passado entusiástico partidário da ditadura e admirador de Salazar. Carismático, demagogo e exaltado, Delgado empolgou as massas em todo o país, fazendo com que a extrema esquerda abandonasse a sua candidatura própria e passasse a apoiá-lo.

Percebendo as dificuldades da conjuntura política, o governo reforçou a montagem da fraude no processo eleitoral e, se isso não bastasse, passou a preparar um dispositivo militar golpista no caso de vitória da oposição.

Com o cerceamento das liberdades democráticas e o controle da máquina eleitoral, a vitória coube a Américo Tomás.

Apesar de vivamente interessado no avanço das forças democráticas em Portugal, a postura do embaixador brasileiro, nesses anos de dificuldades e crises no país europeu, foi no mais das vezes de cautela e contenção. O caso da prisão do professor Jaime Cortesão ilustra claramente o *modus operandi* de Alvaro Lins. Informou ele ao ministro Negrão de Lima que, além da prisão do ilustre historiador, haviam sido na

mesma data igualmente detidos os Senhores Antonio Sergio de Souza, ex-Ministro de Estado da Instrução Pública e escritor de grande renome, Francisco Vieira de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa e Mário de Azevedo Gomes, Professor Catedrático do Instituto de Agronomia.

Imediatamente após a prisão dos Senhores acima referidos, comecei a ser procurado na sede desta Missão diplomática por numerosas pessoas que vinham pedir a minha intervenção junto às autoridades portuguesas no sentido da pronta libertação do Professor Cortesão, pessoa muito ligada ao Brasil onde viveu durante numerosos anos, havendo mesmo sido, em certa altura, comissionado pelo Itamaraty para efetuar trabalhos de pesquisa histórica em Portugal.

Informaram-me, igualmente, que o Professor, já quase octogenário, estava com a saúde bastante abalada no momento da sua prisão, pelo que temiam não pudesse ele resistir muito tempo de detenção. Devo, aliás, informar Vossa Excelência de que todos os demais presos acima aludidos são homens de idade avançada. Fiz ver a essas pessoas que, se bem que sentisse muito o sucedido, não me era permitido, como representante do Governo brasileiro, imiscuir-me em assuntos dessa natureza, a não ser mediante instruções expressas de Vossa Excelência.¹⁶

Todavia, os desdobramentos posteriores da crise portuguesa acabariam por colocar no centro dos acontecimentos a representação brasileira e seu embaixador. O extraordinário impacto da campanha eleitoral de Humberto Delgado fez com que a barreira de indiferença e silêncio fosse ultrapassada. A mídia internacional se interessava vivamente pelo processo, e na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Brasil a figura do general e sua surpreendente

popularidade abriam o caminho para a revelação de um amplo movimento social severamente crítico ao regime ditatorial, visto ainda por muitos no Ocidente como entidade patriarcal, benévola e até mesmo adequada à menoridade política dos portugueses.

Segundo o historiador português Fernando Rosa,

[a] dimensão internacional da luta contra o regime fora reforçada pela ‘guerra das embaixadas’ logo a seguir às eleições. Delgado refugia-se na Embaixada do Brasil em janeiro de 1959 e aí pede, e recebe, asilo político. Henrique Galvão, evadido do Hospital de Santa Maria, onde se encontrava sob prisão, refugia-se na Embaixada da Argentina, também lhe sendo concedido asilo. O mesmo acontece na Embaixada da Venezuela relativamente a elementos responsáveis pela ‘conspiração da Sé’ (o Major Calafate e Manuel Serra). E outros casos se iriam repetir. Influenciados pelo Embaixador brasileiro Alvaro Lins, muito chegado aos meios da oposição democrática portuguesa, os diplomatas de países com processo de democratização recentes (Argentina, Venezuela, Cuba) enfrentaram o Governo de Lisboa, que se recusa a reconhecer o asilo concedido e a garantir a evacuação em segurança dos refugiados. Independentemente dos acordos a que se foi chegando, a imagem internacional do regime – uma ditadura caduca e repressiva, alvo de contestação interna – ia-se degradando.¹⁷

O fim de uma missão em Portugal

A ampliação do questionamento internacional ao regime português atingiria o ápice quando da eclosão do célebre “caso do Santa Maria”. No dia 22 de janeiro de 1961, o capitão Henrique Galvão, à frente de um comando de 23 homens afetos ao Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação – 12 portugueses e 11 espanhóis –, apoderar-se-ia, no Mar das Caraíbas, do navio “Santa Maria”.

As forças armadas dos Estados Unidos, que haviam sido informadas de um ato de pirataria pelas autoridades portuguesas, e dando como boa a informação, deslocaram embarcações para realizar o apresamento do navio lusitano, visando a posterior entrega da nave e sua tripulação ao governo de Lisboa, e modificaram sua postura, passando a lidar com Galvão como opositor à política do regime e seu ato como resultante desta sua condição. Enquanto conferenciava, para estupefação de Lisboa, com o almirante americano Robert L. Dennison, Galvão ganhava tempo aguardando a posse, a 1º de fevereiro, como novo presidente eleito do Brasil, de Jânio Quadros, pessoa com quem mantinha relações.¹⁸

A atitude de aceitação da presença do “Santa Maria” no porto do Recife e a concessão de asilo político anunciadas na mensagem ao navio revoltoso foram recebidas com grande desgosto por Lisboa¹⁹, pela colônia lusa e pelos apoiadores do salazarismo no Brasil.²⁰

Enquanto isso, na capital portuguesa, tendo adentrado à embaixada do Brasil desde o dia 12 de janeiro de 1959, o general Humberto Delgado aguardava que as difíceis negociações viessem a encaminhar positivamente o seu pedido de asilo político.²¹

Após confirmar o recebimento da nota de número 08 expedida pelo embaixador Alvaro Lins, datada de 13 de janeiro de 1959, em que informava ao governo português a solicitação de asilo do general Humberto Delgado e sua concessão, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, chanceler Marcelo Matias, faz publicar uma nota, em 14 de janeiro de 1959, na qual afirmava não existir qualquer mandado de captura ou processo pendente contra o oficial, nem o propósito de prendê-lo por quaisquer atos praticados até aquele instante. Portanto, o general poderia sair a qualquer momento da embaixada e, se seu desejo fosse partir para outro país, necessitaria apenas e tão somente do desentrelaçamento burocrático a que deveria se submeter qualquer funcionário público civil ou militar ao viajar para o exterior. E concluindo a nota, de maneira assertiva e direta, fez perceber, pela nítida elevação do tom com que timbrava suas palavras, que Lisboa agiria de maneira a mais dura possível na questão:

Dadas assim a Vossa Excelência todas as seguranças acima referidas, informei Vossa Excelência de que nestas circunstâncias não poderia ser aceite qualquer prática que correspondesse a pôr em dúvida a palavra do governo português ou susceptível de levar a opinião pública portuguesa ou estrangeira a supor que as autoridades portuguesas não estão em condições de cumprir ou fazer cumprir a palavra do seu governo.²²

A decisão de conceder asilo ao general Delgado pelo embaixador Alvaro Lins, tida por muitos como decisão açodada e equivocada de um diplomata não atento de todo à hierarquia e interesses do governo que representava e mais preocupado com suas convicções pessoais e políticas sobre a vida portuguesa, é aspecto da situação que requer avaliação mais ampla, levando em consideração a análise circunstanciada dos elementos de que dispunha o chefe da legação brasileira para embasar sua ação.²³

Se é certo que o embaixador, homem de frequentes contatos com a oposição lusitana, tenha concedido o asilo, decorridas poucas horas de sua solicitação, e por ato pessoal, não se pode deixar de relativizar tal atitude a partir dos argumentos apresentados pelo próprio como autoridade concedente. No Ofício Confidencial de número 50, datado de 06 de fevereiro de 1959, informava o representante brasileiro ao ministro Negrão de Lima que, em contato direto com o chanceler Marcelo Matias, havia encetado a seguinte negociação:

A minha sugestão – diria quase: o meu apelo – para que buscássemos uma solução rápida e tanto quanto possível informal para o assunto, orientação que me parecia a mais compatível com os interesses de ambos os governos.

Acrescentei que, de minha parte – e caso essa proposta fosse aceita – não teria dúvida em manter os entendimentos em bases unicamente verbais (Como sabe Vossa Excelência, não me foi possível prosseguir nesse propósito em face da publicação, na manhã do dia 13, do comunicado oficial português, cujos termos colocaram a Embaixada numa posição evidentemente equívoca, obrigando-me assim a formalizar a comunicação sobre o asilo).²⁴

Depois da recusa do chanceler português em examinar qualquer possibilidade de solução informal, posição esta informada pessoalmente a Alvaro Lins quando do primeiro contato entre ambos poucas horas depois da chegada do general Delgado à embaixada em 12 de janeiro de 1959, foi publicada, no dia 13 de janeiro de 1959, no *Diário de Lisboa*, a nota a que alude o embaixador do Brasil em seu contato com o Rio de Janeiro, onde asseverava o governo luso que

[o] Sr. Embaixador do Brasil informou esta tarde o Ministério dos Negócios Estrangeiros de que o Sr. General Humberto Delgado fora à sua embaixada, a fim de solicitar, como refugiado político, lhe fosse concedido o direito de asilo por se considerar na iminência de ser preso.[...]

Esclarece-se, porém, que, não havendo qualquer mandado de prisão contra aquele General, nem nenhum propósito de prendê-lo por atos cometidos até o presente, o pretexto por ele invocado carecia de todo o fundamento.[...]

Sendo assim, as autoridades portuguesas não tem de intervir no assunto e não lhe darão qualquer colaboração.

O governo lamenta sinceramente que um cidadão português para satisfazer os seus desígnios políticos não tenha hesitado em criar à embaixada de um país tão fraternamente ligado a Portugal semelhante situação.²⁵

Era evidente, portanto, que o governo português não reconhecia as razões do general para o pedido de asilo, entendia ser o movimento nada mais do que uma ação no tabuleiro do xadrez político lusitano, afirmava inexistir qualquer acusação contra o asilado até aquele momento e informava sua posição de não dar qualquer colaboração para a resolução do assunto.²⁶

Desconhecer naquele instante a gravidade da situação portuguesa era impossível. A segunda grande crise desencadeada com o processo eleitoral de 1958 logo apresentaria à luz dos fatos a sua verdadeira face. O desfechar de um ataque político-policia de todas as formas e em todas as direções, mostraria ser o receio do general Delgado absolutamente fundado, as promessas do governo de Lisboa pouco críveis e acertada a decisão, que urgia ser tomada, de proteger o militar insubmisso na embaixada do Brasil.

O bispo do Porto, impedido de entrar no país, era confinado no exílio. Vários ativistas católicos, entre eles o antigo dirigente da Juventude Operária Católica, Manuel Serrão, seriam presos. A PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado²⁷, desencadearia uma grande

ofensiva contra o Partido Comunista Português: entre 1958 e 1959, a agremiação perderia cerca de dois terços de seus militantes. O Diretório e a oposição não comunista também não escaparam. O governo proibiu todas as iniciativas públicas oposicionistas e o protesto contra tal medida levaria à prisão, para surpresa nacional e mesmo internacional, de vetustas figuras da oposição: Antonio Sérgio, Azevedo Gomes, Vieira de Almeida e Jaime Cortesão.²⁸

De uma forma ou de outra, pautando-se ou não pelos estritos cânones da burocracia do Itamaraty e dos protocolos de relacionamento entre as representações nacionais, agiu Alvaro Lins de acordo com as melhores tradições humanitárias da diplomacia brasileira.²⁹ Se politicamente transformou-se em um estorvo e seu comportamento mereceu a reprovação do poder instalado no Rio de Janeiro, a exoneração das suas funções e o relativo ostracismo político que a partir daí vivenciaria representaram a conta a ser paga por embaixador de características tão diferenciadas daquelas a que haviam se acostumado as autoridades dos dois lados do Atlântico.³⁰

Humberto Delgado, finalmente, exilar-se-ia no Brasil em abril de 1959 enquanto outros militantes políticos recorreriam ainda aos bons ofícios do Brasil em busca da proteção de sua integridade física³¹ e o embaixador Alvaro Lins, sem condições políticas para o exercício pleno de suas funções, era chamado ao Rio de Janeiro, ficando a embaixada preferencialmente sob os cuidados de Martim Francisco Lafayette de Andrada até que, em 18 de novembro de 1959, após retornar a Lisboa para resolver as últimas questões pendentes na representação brasileira, embarcaria em definitivo para o Brasil.³²

O ato final de sua presença em Portugal marcaria de forma patente a insatisfação lusitana com o embaixador que deixava seu posto. De maneira absolutamente excepcional, foi convidado a comparecer pessoalmente perante as autoridades policiais do cais de embarque para obter o visto de saída da PIDE, não lhe sendo dispensada essa formalidade, como de hábito se fazia por cortesia.³³

Ao ser cientificado do fato, logo após a ida do embaixador Alvaro Lins para o recinto privativo da polícia portuguesa, o secretário Victor Silveira e demais funcionários da embaixada e do consulado presentes, dirigiram-se às dependências da polícia onde encontraram o embaixador terminando de cumprir os atos protocolares que lhe foram exigidos. Após a saída do embaixador do setor, inconformado com o tratamento ao qual havia sido submetido, o secretário Alarico Silveira dirigiu-se ao oficial de serviço

perguntando-lhe se era hábito exigir-se a presença de um Embaixador da República para o preenchimento de formalidades de embarque, tendo-lhe então sido respondido que todos os passageiros deviam submeter-se a essa exigência.

Perguntou-lhe então se, nesse caso, as autoridades brasileiras deveriam exigir igualmente, por ocasião de seu embarque, o comparecimento à sua presença do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, a que o policial português nada respondeu.³⁴

A decepção pessoal e política de Alvaro Lins com Juscelino Kubitschek foi profunda e dolorosamente sentida. Retornando ao Rio de Janeiro arroga a si, a tarefa de esclarecer a opinião pública sobre a política externa do governo brasileiro em relação a Portugal, que considerava indigna e imoral.

Na carta aberta em que anuncia seu rompimento com o presidente da República, é possível observar o quanto seu caráter, sua natureza e o exercício da função diplomática vivenciaram um severo conflito institucional e existencial. Inicialmente, anuncia a decisão de declinar, em definitivo, de

todos os laços políticos e de amizade, que nos uniam desde a campanha de 1955 [...] Efetivamente, senhor Presidente, as nossas escolhas já estão feitas: os seus compromissos são com a ditadura salazarista, os meus são com a nação portuguesa imperecível; a sua posição é a de fortalecer e reanimar um sistema ditatorial decadente, anacrônico e condenado, a minha é a da solidariedade e apoio ao movimento democrático de restauração das liberdades públicas e dos direitos da pessoa humana para todos os portugueses.³⁵

Mais adiante, como a marcar o que para ele era essencial na defesa de sua honra pessoal e seu caráter de homem público, retoma a avaliação do papel desempenhado no comando da representação brasileira em Portugal, em contraste com a participação do presidente Juscelino Kubitschek, afirmando que

traído foi o espírito do Itamarati, que o seu desrespeito aos princípios políticos e ao valor das tradições transformou de uma instituição histórica num instrumento de política exterior improvisada e incapaz, vacilante e indigna, sem substância de doutrina e sem conteúdo de fé, servindo mais à vaidade pessoal e ao delírio publicitário do presidente da República do que aos imperativos de nossa posição internacional. [...] Mas o que se tornou imperdoável, e jamais será esquecido pela nossa opinião pública, é que V. Exa. não tenha tido a necessária dignidade de chefe de Estado, ao longo de todos estes últimos meses, para desagrar o seu embaixador em Portugal e desafrontar a representação diplomática do Brasil em Lisboa, ante o arbítrio e a intolerância de uma ditadura estrangeira.³⁶

Considerações finais

É conhecida a trajetória política e ideológica cumprida por Alvaro Lins, bem como a de muitos homens e mulheres de sua geração que nos anos 1930 foram atraídos pelo Integralismo, pelas ideias de Plínio Salgado e pelos movimentos católicos conservadores, como a Congregação Mariana do Recife, à qual foi filiado, que num acesso de obscurantismo

ameaçou lançar à fogueira *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em ato público de inequívoca vocação inquisitorial. As decepções e frustrações acumuladas ao longo de uma vida de militância política e intelectual encontrariam seu apogeu na crise da embaixada de Lisboa e nas consequências dela advindas. Ele que fora um católico militante, passa a desenvolver atividades vinculadas à movimentação da esquerda nacional e internacional, como presidente da Primeira Conferência Interamericana de Anistia para os Exilados e Presos Políticos da Espanha e Portugal, realizada em 1960 na capital paulista, chefiando a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz em Moscou, no ano de 1962, ou ainda participando da Revolta dos Marinheiros, na cidade do Rio de Janeiro.

Paralelamente à nova agenda político-social, retorna ao jornalismo como diretor do suplemento literário do *Diário de Notícias*, entre 1961 e o golpe de 1964. Após a derrubada do presidente João Goulart, vê seu apartamento ser invadido e sua biblioteca, preciosidade tão cultivada, severamente danificada. Obrigado a se aposentar, passa os últimos anos de vida escrevendo seus livros, até que, profundamente decepcionado com a situação do país e vivendo forte crise existencial, isola-se de tudo e de todos, sofrendo um enfarte que ceifa a sua vida no ano de 1970.³⁷

É comum destacar na ação do embaixador Alvaro Lins o traço do político, do polemista e, até mesmo, da parcialidade como características visíveis a tisonar sua missão em terras lusitanas. Também é recorrente a crítica à sua falta de conhecimento do *métier* diplomático e o permanente vezo de improvisado a timbrar suas decisões voluntaristas.³⁸ Mas, naqueles anos, a relação entre o Brasil e Portugal não era, ela própria, definida por uma visão parcial e nitidamente orientada a satisfazer os grupos de pressão que se organizavam em torno do poder na capital federal? Não era o serviço diplomático brasileiro, muitas vezes, ator de inconsistências e improvisos nos mais diversos foros e instituições multilaterais, a depender sistematicamente da extraordinária volatilidade da conjuntura política interna?

O certo é que, no essencial, Alvaro Lins foi protagonista de um embate com uma ditadura que, perseguindo seus cidadãos, pretendia desconhecer as mais comezinhas regras de convivência entre nações soberanas e os compromissos por elas assumidos nos mais distintos espaços de atuação. Resistiu ele à enorme pressão desencadeada e coordenada a partir de inúmeras frentes e, dessa forma, garantiu o instituto do asilo, a quem, ameaçado em sua integridade, bateu às portas da embaixada do Brasil. Sua atitude, inspiradora dos mais diversos debates e reflexões, teóricos ou pragmáticos, por certo influenciou o desenvolvimento da redefinição paradigmática acerca da inserção do Brasil no mundo,

contribuindo decisivamente para a formulação e implementação da Política Externa Independente³⁹ que, nos governos Jânio Quadros e João Goulart, buscava elevar o patamar das pretensões nacionais à escala do universal, redefinindo, dessa forma, o vértice político da tradicional relação entre o Brasil e Portugal.⁴⁰

Notas

¹ MILZA, Pierre. Política interna e externa. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 369.

² FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p.77.

³ RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 24.

⁴ *Ibid.*, p. 21.

⁵ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967. p. 5-6.

⁶ TOLEDO, Gastão Alves de. *Grupos de pressão no Brasil*. Brasília: PrND, 1985. p. 3.

⁷ *Idem.*, p. 13.

⁸ Para uma análise da tradicional retórica da afetividade face os interesses concretos do relacionamento entre Brasil e Portugal durante o governo Juscelino Kubitschek, ver: GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

⁹ Para uma análise da tradicional retórica da afetividade face os interesses concretos do relacionamento entre Brasil e Portugal durante o governo Juscelino Kubitschek, Ver: GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

¹⁰ Curiosamente, ao longo do período imediatamente anterior e posterior à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, a regência da Cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa era exercida pelo futuro embaixador e ácido crítico daquele diploma legal, o professor Alvaro de Barros Lins.

¹¹ Interessante trabalho sobre a atividade de Alvaro Lins na crítica literária é o publicado por FILHO, Eduardo César Maia Ferreira. *Álvaro Lins: sobre crítica e críticos, ensaios escolhidos sobre literatura e crítica literária*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2012.

¹² LINS, Alvaro. Política partidária do Brasil. Editorial. *Diário da Manhã*. Lisboa, 31 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959, Ofícios, Confidencial, n. 435, p. 1-3.

¹³ Deplorável atitude e honrosa resposta. *Diário da Manhã*. Lisboa, 04 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1947-1959, Ofícios, Confidencial, n. 435, p. 1-3, Anexos.

¹⁴ Exemplo de uma das inúmeras associações que no Brasil estavam ligadas ao país ibérico, fossem elas de caráter étnico ou não, era a Associação dos Amigos de Portugal, que em seu boletim n. 1, sob o título *Relatório da atividade social no ano de sua fundação no Rio de Janeiro em 1940*, informava ter sido constituída por ilustres brasileiros para exaltar a identidade étnica entre brasileiros e portugueses.

¹⁵ LINS, Alvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 232-270.

¹⁶ LINS, Alvaro. *Prisão do professor Jayme Cortesão*. Lisboa, 28 nov. 1958. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959, Ofícios, Confidencial, n. 459, p. 1-4.

¹⁷ ROSAS, Fernando. Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia nos anos 30. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. v. 7, Lisboa: Estampa, 1994, p. 523-533.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ Segundo o primeiro-secretário da embaixada brasileira em Lisboa, “o caso do *Santa Maria*, primeiro *test* do novo governo brasileiro em matéria de política exterior, veio dissipar quaisquer dúvidas acaso existentes em relação à orientação que o presidente Quadros iria seguir com referência a Portugal. Seu telegrama ao ex-capitão Galvão, em que se mencionavam os entendimentos havidos anteriormente em Caracas, e a solução do caso pelo governo brasileiro, afastando-se a conceituação de *pirataria* e concedendo-se asilo político aos assaltantes do navio, desagradaram ao governo português e as relações entre o Brasil e Portugal começaram a atravessar uma

fase de esfriamento”. Ver: VERAS, Carlos dos Santos. Situação internacional de Portugal, principais problemas de sua política e as motivações da sua conduta internacional, p. 9. In: LIMA, Francisco Negrão de. *Subsídios para a comissão de planejamento político*. Lisboa, 09 jan. 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1962-1964, Ofícios, Confidencial, n. 22.

²⁰ Na avaliação de Afonso Arinos de Melo Franco “a imprensa brasileira, simpatizante de Salazar, que condenava veementemente o gesto de Galvão, não deixaria de tomar contas ao ministro do Exterior [...]. Neste particular, os editoriais de O Globo – suponho escritos por João Neves – continham claras advertências a mim.” Ver: FILHO, Afonso Arinos. *Diplomacia independente. Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 150.

²¹ Deve-se sublinhar que a data de entrada do general Humberto Delgado na embaixada do Brasil encontrada no livro de Fernando Rosas, 07 de janeiro de 1959, não é corroborada por outras obras e principalmente pela documentação da representação brasileira que afirmam ter o evento ocorrido no dia 12 de janeiro de 1959.

²² LINS, Alvaro. *Concessão de asilo ao general Delgado*. Lisboa, 06 fev. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959, Ofícios, Confidencial, n. 50, p. 1-2. Anexos.

²³ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: EdUnB, 2000, p. 286.

²⁴ LINS, Alvaro. Op. Cit., 1959.

²⁵ Idem., p. 1-2.

²⁶ Além da vasta documentação oficial existente, vários depoimentos corroboram a versão do embaixador Alvaro Lins, de ter tentado junto ao chanceler português uma solução para o problema antes de definir-se pelo asilo. Segundo o embaixador Baena Soares, então secretário na legação de Lisboa, “antes de formalizar o asilo, Alvaro Lins ainda procurou uma solução que evitasse a crise. Na noite daquele mesmo dia, um avião da Panair viria para o Brasil, e Delgado tinha o passaporte válido. Alvaro Lins foi ao ministro Marcelo Matias e disse: “Podemos resolver essa situação sem crise. Damos o visto no passaporte do Delgado, e ele vai embora para o Brasil”. Marcelo Matias considerou a decisão racional. Alvaro Lins reuniu o pessoal da embaixada para preparar a saída do Delgado, mas pouco depois liga Marcelo Matias e diz: “Nada feito.” Tinha ido consultar Salazar que decretou: “Não sai”. Ver: D’ARAUJO, Maria Celina...[et al.]. *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 28.

²⁷ A antiga Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que passa a se chamar em 22 de outubro de 1945, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a temida PIDE, constituir-se-á em elemento central da política de Estado, a ser requisitada, em sua máxima capacidade, nos momentos de crise do arranjo de poder salazarista.

²⁸ ROSAS, Fernando. Op. Cit., 1994, p. 530.

²⁹ Deve-se ressaltar que parcela significativa da oposição democrática portuguesa assumiu todos os riscos ao aplaudir publicamente a atitude do embaixador, tendo a representação brasileira, recebido delegações de representantes de diversos segmentos sociais lusitanos a agradecer a concessão de asilo ao general Humberto Delgado. Exemplo disso foi a presença na embaixada, no dia 16 de fevereiro, de importante grupo para entregar a Alvaro Lins uma mensagem “de escritores e jornalistas democratas agradecendo o seguro abrigo dado ao homem público (o general Humberto Delgado) que foi o intérprete das aspirações do povo português para a reconquista das suas liberdades cívicas e métodos democráticos de governo. [...] O ato de Vossa Excelência vem demonstrar que a fraternidade luso-brasileira não é letra morta de tratados e instrumentos diplomáticos, mas uma realidade bem viva, atuante e perene.” Caso Delgado. Mensagem dos escritores portugueses ao Embaixador do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1959, p. 1.

³⁰ Em sua coluna publicada no jornal *Última Hora* em 23 de março de 1959, o jornalista Otávio Malta afirmava que “Chatô e Jobim acertaram seus relógios com os dos comendadores da Ordem do Banho e lançaram-se à peleja! [...] O embaixador em Londres visa dar uma vitória política ao ditador Salazar as custas do decoro e do brio da nossa representação em Lisboa. Na atual e delicada circunstância, o salazarismo dentro do Brasil usa até mesmo um boletim anônimo (boletim que já vai pelo número 4), elaborado com a ajuda de técnicos do próprio Itamaraty, a serviço da Ordem dos Comendadores do Banho, para colocar mal o embaixador Alvaro Lins. A infâmia é completa e exige sindicância.”

³¹ É o caso do professor e militante da oposição Duarte Vilhena Gusmão, refugiado na embaixada do Brasil em 30 de junho de 1960, tendo para seu caso tratamento diferenciado dado pelas autoridades portuguesas que, avaliando as conseqüências da inflexibilidade anteriormente exibida e também a menor projeção política do mesmo, aceitaram as ponderações da representação brasileira de resolução informal da questão e já no dia 2 de julho embarcava para o Brasil em vôo da Panair. Ver: FRAZÃO, Sérgio Armando. *Asilo político. Duarte Vilhena Coutinho Ferreri Feio Gusmão*. Lisboa, 05 jul. 1960. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1960, Ofícios, Confidencial, n. 293, p. 1-14.

³² A campanha contrária à concessão do asilo ao general Delgado e mesmo contra a permanência de Alvaro Lins à frente da embaixada brasileira em Lisboa, foi desenvolvida em todas as frentes possíveis e imagináveis, revelando em várias ocasiões a coincidência de interesses entre os setores mais à direita do espectro político

nacional, a colônia lusa instalada no Brasil e o Palácio de Belém. Além da mídia conservadora, controlada por homens como Assis Chateaubriand, diversos parlamentares marcaram suas posições divergentes da orientação da legação nacional em território lusitano com inabitual dureza. Um desses parlamentares, Victorino Freire, chega mesmo a aplaudir a aberta interferência do presidente Kubitschek e seu chanceler, Negrão de Lima, no sentido de mandar a Europa um diplomata para resolver a questão do asilo, o secretário-geral do Itamaraty, Mendes Viana, ao arrepio de todas as *démarches* encetadas pelo embaixador Alvaro Lins e maculando severamente sua autoridade de chefe da embaixada brasileira em um país estrangeiro. “O sr. Victorino Freire congratulou-se, em discurso, com o presidente da República e com o chanceler Negrão de Lima, pela indicação do embaixador Mendes Viana, para ir a Lisboa resolver o caso do asilo do general Delgado. Tratando-se de um diplomata de carreira, afeito ao “métier”, era de esperar que a solução viesse prontamente, acabando de vez com o mal-estar reinante entre o Brasil e Portugal. O representante maranhense fez severas críticas ao nosso embaixador em Lisboa, prometendo publicar uma carta que lhe enviou e em que disse que condenava os processos de intrigas do Sr. Alvaro Lins.” No Senado. O asilo do General Delgado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1959. p. 11.

³³ ANDRADA, Martim Francisco Lafayette de. *Embarque para o Brasil do embaixador Alvaro Lins*. Lisboa, 26 nov. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 058, 1949-1959, Ofícios, Confidencial, n. 586, p. 1-2.

³⁴ *Idem.*, p. 1-2.

³⁵ Alvaro Lins rompe com JK e afirma que seu governo não tem dignidade. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 ago. 1960. Primeiro Caderno, p. 9.

³⁶ *Idem.*, p. 9.

³⁷ JUNIOR, Humberto de França e Silva. Alvaro Lins –“Um mestre esquecido”. *Perspectiva Filosófica*, UFPE, Recife, n. 18, 2002, p. 140.

³⁸ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, 2000, p. 286-289.

³⁹ O presidente Jânio Quadros sintetizou, em 15 pontos, a Política Externa Independente:

1. Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil ao mundo livre;
2. Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
3. Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no plano mundial;
4. Expansão do comércio externo brasileiro;
5. Apoio decidido ao anticolonialismo;
6. Luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7. Incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8. Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9. Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10. Fidelidade ao sistema interamericano;
11. Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12. Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13. A mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14. Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15. Apoio decisivo e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica. Ver: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1. p. 54.

⁴⁰ A principal contribuição de Alvaro Lins para a formulação da Política Externa Independente, orientadora da ação internacional do Brasil nos governos Jânio Quadros e João Goulart, foi o amplo questionamento das relações luso-brasileiras, levado a efeito por suas palavras e atos, de forma a explicitar a profunda e incontornável contradição entre o discurso de apoio à autodeterminação dos povos, vigorosamente enfatizado a partir do anúncio da Política Externa Independente pelo governo Jânio Quadros em 1961, discurso esse mantido e de certa forma ampliado na administração João Goulart, e a permanência efetiva do apoio do Itamaraty às posições colonialistas portuguesas nos foros internacionais. Em apenas uma ocasião, a do voto proferido em 30 de janeiro de 1962, aprovando o relatório do subcomitê encarregado de reunir informações sobre a situação de Angola, colocou-se o representante brasileiro em oposição ao arrazoado sistematicamente apresentado pela legação lusitana. Contudo, mesmo votando apenas de forma preliminar contrariamente a Portugal, o delegado brasileiro fez longa declaração em separado na qual enfatizava a profundidade dos laços que uniam o Brasil à pátria lusitana, louvando especialmente em seu discurso as características benéficas e singulares da presença portuguesa no mundo.

As razões para a manutenção do apoio brasileiro às posições e princípios tão visceralmente defendidos pelos portugueses são múltiplas e complexas. Se não há dúvida de que a imaturidade do setor externo da economia brasileira contribuiu para o desinteresse acerca das vantagens imediatas e futuras que poderiam ser obtidas em uma aproximação com a África, outros elementos de maior permanência no tempo fornecem o lastro explicativo necessário ao entendimento de como a presença lusitana, objetiva e subjetivamente, transformou-se em formidável influência a ser considerada pelos setores sociais, econômicos e políticos que controlavam, ciosos de sua hegemonia, o estreito e efetivo espaço do poder nacional. Estruturou-se, assim, um determinado tipo de utilitarismo instrumentalizador da cultura e da etnicidade a serviço dos interesses de grupos políticos conservadores brasileiros, do Estado salazarista português e da colônia lusa no Brasil.

Referências Bibliográficas

- Alvaro Lins rompe com JK e afirma que seu governo não tem dignidade. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 ago. 1960. Primeiro Caderno.
- Caso Delgado. Mensagem dos escritores portugueses ao Embaixador do Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 fev. 1959.
- CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: EdUnB, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina...[et al.]. *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Deplorável atitude e honrosa resposta. *Diário da Manhã*. Lisboa, 04 nov. 1958.
- FILHO, Afonso Arinos. *Diplomacia independente. Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FILHO, Eduardo César Maia Ferreira. *Álvaro Lins: sobre crítica e críticos, ensaios escolhidos sobre literatura e crítica literária*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2012.
- FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- JUNIOR, Humberto de França e Silva. Alvaro Lins – “Um mestre esquecido”. *Perspectiva Filosófica*. Recife: UFPE, n. 18, 2002.
- LINS, Alvaro. Política partidária do Brasil. Editorial. *Diário da Manhã*. Lisboa, 31 nov. 1958.
- _____. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- No Senado. O asilo do General Delgado. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1959.
- ROSAS, Fernando. Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia nos anos 30. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. v. 7, Lisboa: Estampa, 1994.

Arquivos documentais pesquisados

- Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados.
Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
Arquivo Histórico do Senado Federal.
Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).